

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 293

Período: 17/05/2008 a 23/05/2008

GEDES -Brasil

- 1- Aeronáutica pretende construir caça nacional
- 2- Força Aérea Brasileira e Polícia Federal obtêm sucesso em operações conjuntas
- 3- Questões sobre a participação brasileira na missão de paz no Haiti
- 4- Ministro do Meio Ambiente sugere atuação das Forças Armadas na defesa da Amazônia
- 5- Procurador-geral da República solicita fim de sigilo de documentos
- 6- Exército realiza operação Guardiã da Fronteira
- 7- Colômbia rejeita adesão ao Conselho Sul-Americano de Defesa

1- Aeronáutica pretende construir caça nacional

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, assinou um documento que encerra o Projeto FX-2, que fora herdado do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e que tinha como objetivo a compra de 36 caças para fortalecer a frota da Força Aérea Brasileira (FAB) que tem 37% dos seus 719 aviões sem condições de voo. Segundo o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi decidido que os US\$ 2 bilhões antes destinados ao projeto FX-2 serão agora destinados à revitalização dos caças que a FAB já possui e à construção de um caça brasileiro. Inaugurando uma nova fase da indústria bélica brasileira, o documento prevê que o Brasil agora está disposto a produzir, em aliança com a indústria bélica de uma potência militar, sob condição de transferência de tecnologia, um caça de quarta geração para a FAB. Franceses, russos e indianos já iniciaram conversas com o Brasil para fechar um acordo. A França está à frente nas negociações com o Brasil, contando com o empenho do próprio presidente, Nicolas Sarkozy, que estaria disposto a transferir tecnologia praticamente sem restrições. Além disso, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e Sarkozy assinaram em fevereiro de 2008 um protocolo de intenções militares e definiram que até novembro os ministérios da Defesa dos dois países devem decidir onde e como será o intercâmbio para a construção de aviões e submarinos. Outro ponto importante refere-se às parcerias de fábricas francesas como a Dassault, que produz os caças Mirage, com a brasileira Embraer. Segundo o comando da Aeronáutica, os caças a venda, que possuem as funções de ataque, defesa e interceptação, estão com um preço aceitável, o que viabiliza uma aliança estratégica em matéria de transferência de tecnologia. Saito declarou que uma comissão especial será criada para definir ao longo de um ano de trabalho qual o modelo de caça que atenderia às necessidades da Aeronáutica, analisando características como armas e performance. A meta é que em 2016 o caça brasileiro esteja pronto e entre em operação, substituindo assim os caças F5 e Mirage 2000 que atualmente fazem parte da frota e que têm vida útil até meados da próxima década. Até o momento, Jobim e Saito ainda não se pronunciaram sobre o valor total do projeto, mas, segundo especialistas, pode variar de 20 a 100 bilhões de dólares. (Estado de S. Paulo – Nacional – 18/05/08).

2- Força Aérea Brasileira e Polícia Federal obtêm sucesso em operações conjuntas

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que a Polícia Federal tem realizado operações conjuntas com a Força Aérea Brasileira (FAB) sendo que, somente em 2008, foram apreendidos cerca de 1300 quilos de cocaína transportada em aviões de pequeno porte, a partir de ações conjuntas. Os militares participam das operações com um esquadrão de caças agregados à base de Campo Grande, localizada nos estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, utilizando Super Tucanos armados e atentos para decolagens imediatas. As operações ocorrem quando a inteligência da Polícia Federal reúne informações a respeito de um vôo ilícito e aciona a FAB por meio do Comando de Defesa Aeroespacial do Brasil (Comdabra). Como dois terços das rotas de tráfico começam em algum ponto da fronteira oeste do Brasil, as missões são repassadas para a base de Campo Grande e vêm obtendo grande êxito na apreensão de drogas e armas ilegais. (Estado de S. Paulo – Nacional – 18/05/08).

3- Questões sobre a participação brasileira na missão de paz no Haiti

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah) já teve um custo de R\$ 464 milhões para o governo brasileiro e deverá chegar aos R\$ 545,5 milhões de acordo com o Orçamento de 2008. O valor é semelhante ao que o Ministério da Defesa tem no seu orçamento para trabalhar na questão do controle do espaço aéreo (R\$ 583 milhões), além de representar uma quantia de 60% do valor atribuído à segurança pública no país em 2007. A Organização das Nações Unidas (ONU) devolveu 31% dos gastos brasileiros (R\$ 144 milhões) aos cofres nacionais, sendo que foi acordado que 50% seriam reembolsados. O Ministério da Defesa afirmou que a ONU devolve essa quantia com um atraso de seis meses. A presença do Brasil na Minustah foi assegurada por medidas provisórias, de acordo com o artigo 62 da Constituição. Para Cleverton Vianna, integrante do primeiro contingente que atuou no Haiti em 2004, a presença do Brasil nesse país gera discordâncias entre os militares, sendo que sua opinião é a de que falta um projeto da ONU para se criar estruturas relacionadas à estabilidade do país, pois a organização gasta muito dinheiro apenas para manter os denominados “capacetes-azuis” na região. Ivano José Hoegen, integrante da tropa brasileira que esteve no Haiti em 2005, compartilha a opinião de Vianna e afirma que é necessário um planejamento para a retirada das tropas brasileiras do Haiti. Por outro lado, Ricardo Palmares Calixto, que também esteve no Haiti, apóia a presença do Brasil na Minustah, ressaltando o autocontrole e iniciativa para os militares do Brasil e os benefícios para o povo haitiano. Generais e coronéis do alto comando compartilham extra-oficialmente das opiniões de Vianna e Hoegen, argumentando que a mudança de caráter da missão ocasiona a desconfiguração do papel de “laboratório para táticas de combate” das tropas brasileiras que a mesma representa. De acordo com uma pesquisa realizada pela *Folha*, apenas 15% das 235 atividades desenvolvidas pelos militares brasileiros no Haiti em 2007 estão relacionadas às ações estritamente ligadas as suas funções. O restante envolveu ações cívico-sociais, como construção de escolas e distribuição de alimentos, além de atos oficiais e celebrações. Em 19/05/08 ocorreu a troca do contingente brasileiro no Haiti, quando foram substituídos 1.200 militares brasileiros. Está previsto que em 2008, outros cem sejam enviados à missão. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* destacou que cabe ao governo federal negociar um cronograma para a retirada das tropas brasileiras, pois estas já combateram a violência do país,

pacificaram áreas de conflito, ajudaram as tropas locais a constituírem uma polícia nacional e a reconstruir a infra-estrutura local. Neste intervalo já foram eleitos um novo presidente e um novo Parlamento. Para o jornal, são necessárias a troca do comando militar e uma nova fase de operações que envolvam medidas estruturais, por exemplo, a reforma do Poder Judiciário. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/05/08; Folha de S. Paulo –Opinião – 20/05/08).

4- Ministro do Meio Ambiente sugere atuação das Forças Armadas na defesa da Amazônia

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Carlos Minc, o novo ministro do Meio Ambiente, propôs ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a presença das Forças Armadas na defesa de áreas na Amazônia, como parques nacionais e reservas de extração. A sugestão seria a de que o Exército estabelecesse destacamentos e deslocasse alguns regimentos das forças presentes na região para se fixarem no interior e ao redor de parques nacionais, e também em torno das reservas de extração. A proposta do uso das Forças Armadas nas reservas da Amazônia foi negada por Lula, que sugeriu a Minc a possibilidade de criação de uma Força Nacional de Segurança Ambiental, similar a já estabelecida Força Nacional de Segurança, com um treinamento específico contra o desmatamento da região. Para que os militares das Forças Armadas fossem mobilizados, de acordo com essa proposta, teriam que ocorrer alterações legais, pois, de acordo com Gustavo Trindade, ex-consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente, atualmente, os militares que atuam no combate ao desmatamento, através da Operação Arco de Fogo, criada em 2008, somente participam com auxílio logístico e de infra-estrutura, não possuindo respaldo legal de fiscalização. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Exército trata a proposta de Minc com ressalvas. Para o general Adhemar da Costa Machado Filho, chefe da assessoria de imprensa do gabinete do Exército, a proposta é atrativa, mas para aplicá-la é preciso aumento de verba e uma nova polícia que conceda esses poderes às Forças Armadas, tal como o decreto 3.987, de 2001, que permite sua atuação nas denominadas práticas de garantia da lei e da ordem no país. Conforme o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro de assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, afirmou que a proposta de criação de uma Guarda Nacional para a vigilância da Amazônia é prematura e que a situação instável da região será resolvida por outros meios, como a regularização fundiária. Segundo destacou o mesmo jornal, a proposta de Minc talvez não seja necessária, afinal, a partir da base aérea de Anápolis, localizada no Distrito Federal, jatos R-99 Bravo do Esquadrão Guardiã realizam uma coleta diária de dados e imagens em tempo real, fiscalizando incêndios florestais, superfícies desmatadas e em processo de desmatamento, áreas de conservação, atividades irregulares de garimpagem, mineração ou demarcação de terras, além de acompanharem a movimentação das reservas indígenas e zonas de proteção ambiental. O Esquadrão ainda possui oito aviões, sendo cinco do tipo R-99 Alfa, de alerta antecipado e comando aerotransportado. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/05/08; Jornal do Brasil – País – 19/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional - 19/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/05/08; O Estado de S. Paulo – Vida& - 22/05/08).

5- Procurador-geral da República solicita fim de sigilo de documentos

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, entrou no dia 19/05/08 com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando que sejam anuladas as leis 11.111, de 2005, e 8.191, de 1991, que permitem ao Poder Executivo manter em sigilo por até 100 anos documentos públicos “cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado”. Ressaltando especialmente os documentos relativos ao período da ditadura militar, Souza afirmou que “o sigilo desses documentos viola direitos fundamentais do cidadão e não contribui para o fortalecimento da democracia”. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/05/08*).

6- Exército realiza operação Guardiã da Fronteira

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o Exército realizou, com 400 militares, a operação Guardiã da Fronteira na cidade de Pacaraima (estado de Roraima), na fronteira com a Venezuela. Apesar da cidade situar-se na região de conflito da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, o Exército declarou que a operação nada tem a ver com o conflito e ocorre também na fronteira com a Guiana Inglesa. A ação, que deve durar três dias, tem o objetivo de conter o contrabando e o tráfico de drogas. Em declaração à *Folha*, presidente do Conselho do Povo Ingaricó, Dílson Ingaricó, afirmou que “o povo indígena faz sua própria vigilância nas fronteiras”, contestando a possibilidade de implantação de um pelotão do Exército na região. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 20/05/08; Folha de S. Paulo – Brasil – 23/05/08*).

7- Colômbia rejeita adesão ao Conselho Sul-Americano de Defesa

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, Álvaro Uribe, presidente colombiano, afirmou, no dia 21/05/08, que a Colômbia não irá aderir à proposta do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, para a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, pois acredita não ser o momento oportuno para que seu país faça parte do “escritório de segurança” e tendo em vista que a região possui outros mecanismos para tratar a questão, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta afirmação vai de encontro com as declarações do ministro da Defesa, Nelson Jobim, o qual anunciou que haveria consenso para a criação do Conselho durante a Cúpula da União das Nações Sul-Americana (Unasul), marcada para o dia 23/05/08. O presidente Uribe disse que informou o ministro brasileiro e o presidente Lula que não entraria no acordo e ainda recorreu às divergências da Colômbia com os países vizinhos em relação à classificação de grupos armados ilegais, como as Forças Revolucionárias da Colômbia (Farc) como terroristas. A proposta do presidente brasileiro é a de que o Conselho Sul-Americano de Defesa aprofunde a cooperação na área de defesa, mesmo sem uma estrutura operacional, como possui a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); porém, a resistência de Álvaro Uribe dificulta a sua implementação, mas não a inviabiliza, segundo o presidente Lula. Jobim declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que o Conselho “não terá nenhum poder de intervenção militar, não terá nenhuma característica de aliança militar e será, em essência, um órgão de articulação de políticas de defesa entre os países sul-americanos”. O ministro da Defesa informou ainda que possivelmente o Conselho será composto por dois representantes de cada país membro, sendo um do sistema de Defesa e outro das Relações Exteriores. O tratado de constituição da

Unasul deve ser oficializado no dia 23/05/08 e foi idéia lançada pelo presidente do Brasil na Cúpula de Cuzco, no Peru, em 2004, quando ele propôs uma Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa). O nome foi alterado para Unasul, mas ainda há controvérsias em relação à forma como a integração deve ocorrer. De acordo com o jornalista e analista de questões internacionais, Newton Carlos, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, é provável que a idéia de criação do Conselho de Defesa tenha partido da visão de que novas estruturas de segurança devem ser adotadas, visto que a realidade do pós-Guerra Fria exige também novas mecanismos. Isto se deve ao fato de as estruturas implementadas no continente americano terem servido à contenção do comunismo, conforme os interesses dos Estados Unidos e estarem, portanto, “caducas”, não atendendo aos propósitos da nova realidade. Newton ainda coloca que a América do Sul deseja atualização em questões militares e de segurança e também associação estratégica com a Europa. Os componentes da estrutura de segurança da América Latina que permanecem em operação desde a época da Guerra Fria, segundo o jornalista, são a Junta Interamericana de Defesa (unidade da OEA) e a Escola das Américas, que, atualmente, se chama Instituto Western do Hemisfério para a Cooperação de Segurança. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 22/05/08; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/05/08*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S.Paulo –www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil –www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo –www.estadao.com.br

***Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S.Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S.Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br**

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Redatora, graduanda em História, bolsista PIBIC/CNPq); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Juliana de Paula Bigatão (Redatora-Chefe, mestranda em Relações Internacionais e bolsista FAPESP); Sthéfane Torres (Redatora, mestranda em Relações Internacionais); Tiago Salgado (Redator, graduando em História) e Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).